

Territórios do agronegócio e projetos de parcerias na educação

Agribusiness territories and partnership projects in education

Aloísio Ruscheinsky

Unisinos, docente jubilado do PPGCS, doutor em sociologia e pós-doutorado na UAB, Barcelona, Espanha. E-mail: aloisioruscheinsky@gmail.com

Enaide Tereza Rempel

Secretaria Municipal de Educação de Sinop-MT, Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). E-mail: enaiderempel@hotmail.com

Resumo

Este artigo resulta de pesquisa no território do agronegócio, em que se analisou a relação entre as parcerias e as práticas sociais, em particular no campo da educação. Objetivamos apreender as estratégias de construção cotidiana de consenso e de obtenção de hegemonia a partir da responsabilidade social e a presença da noção de sustentabilidade em projetos ambientais de empresa transnacional. O problema de pesquisa trata da responsabilidade social como uma ideologia, mediada pelo discurso político-pedagógico do desenvolvimento sustentável, conjugando educação, legitimidade e hegemonia. A coleta de dados se baseou em documentação e entrevistas com docentes e gestores educacionais. A pesquisa concluiu que o projeto político-pedagógico corporativo viabilizou práticas associadas à homogeneização de condições diferenciadas de vida e às formas de invisibilizar tensões e conflitos no território.

Palavras-chaves: Estado. Agronegócio. Parcerias. Educação. Hegemonia.

Abstract

This article results from research in the agribusiness territory where the relationship between partnerships and social practices was analyzed, particularly in the field of education. We aim to apprehend the strategies of daily building consensus and obtaining hegemony based on social responsibility and the presence of the notion of sustainability in corporate transnational company's environmental projects. The research problem deals with social responsibility as an ideology, mediated by the political-pedagogical discourse of sustainable development, combining education, legitimacy, and hegemony. Data collection was based on documentation and interviews with teachers and

educational managers. The research concluded that the corporate political-pedagogical project made possible practices associated with the homogenization of differentiated living conditions and ways of making tensions and conflicts invisible in the territory.

Keywords: State. Agribusiness. Partnerships. Education. Hegemony.

Introdução

A proliferação de vulnerabilidades, como efeitos do agronegócio, desafia a repensar as políticas públicas, os territórios em conflito, bem como os paradigmas para explicá-los. O planejamento de políticas de apoio à expansão e à intensificação da produção, por certo tem como reverso o apoio à política de consolidação de consenso em face da ordem social. Para refletir sobre essa realidade crucial, estudamos propostas e disputas culturais e territoriais, como processos históricos, provocando novos entendimentos sobre a natureza dos conflitos políticos.

Esse fenômeno, na sua aparência, tomado como um processo de desenvolvimento econômico, aparece como abstração e como condição para produção de riquezas, a reprodução da sociedade e a satisfação do consumo material. No entanto, essa abstração esconde o que, para além do imediato, está engendrada pelas categorias de reprodução desse sistema, que é alimentado pela produção em escalas da produção de mercadorias para auferir lucros, concentrar e acumular.

O presente artigo objetiva abordar, do ponto das Ciências Sociais, alguns elementos empíricos compreendidos a partir das mediações da relação empresa-escola, como parcerias que se apresentam enquanto discursos e práticas da instituição e dos sujeitos, desenvolvidos pela empresa transnacional Monsanto, que atua no ramo da agricultura, como fornecedora de agroquímicos a regiões de concentração do agronegócio.

O problema de investigação se reporta à retórica da responsabilidade social por parte das corporações, como uma ideologia apropriada aos interesses de classe que, por sua vez, encontra-se mediada pelo discurso político-pedagógico da promoção do desenvolvimento sustentável, em cujo interim articulam-se as perspectivas da educação ambiental, da legitimidade e da hegemonia. As proposituras da empresa

multinacional na região da presente pesquisa abrangem territórios considerados focos relevantes do agronegócio, cabendo ao investigador a interrogação se a modernização e a tecnologia podem encaminhar de forma realista os infortúnios gerados no âmbito da ordem social, sanitária e ambiental.

O percurso da investigação parte de levantamento dos programas e projetos educativos patrocinados pela Monsanto e desenvolvidos em alguns municípios do Estado do Mato Grosso entre os anos de 2009 e 2018. Foram selecionados municípios que despontaram, nos últimos anos no cenário nacional, como grandes produtores agrícolas das monoculturas de soja, milho e algodão, colocando o estado na dianteira desta atividade, em que se observou haver uma cobertura maior da empresa na proposição de projetos educacionais. A coleta de dados foi realizada junto às secretarias municipais de educação e a um grupo de escolas dos municípios envolvidos na pesquisa, que receberam projetos na modalidade Parcerias Público-Privadas, com o patrocínio da Monsanto.

Foram selecionados três municípios do estado do Mato Grosso e nestes, alguns projetos de parcerias, nos quais vasculhamos o material pedagógico impresso, coletando depoimentos a propósito das práticas quanto à sua execução. A coleta de dados da pesquisa foi realizada junto às secretarias municipais de educação e escolas selecionadas dos respectivos municípios, tendo como objeto os projetos educativos patrocinados pela Monsanto. Os sujeitos participantes do estudo foram escolhidos a partir de critérios estipulados previamente: deter função diretiva ou ser docente do ensino fundamental há, pelo menos, dois anos em escola pública, possuir nível superior, atuar decididamente em projetos de educação ambiental em parceria com a empresa. A partir destes critérios selecionamos como partícipes da pesquisa: a) 4 (quatro) unidades escolares; b) 02 (dois) coordenadores de projetos educativos das SME; 5 (cinco) coordenadores pedagógicos das unidades escolares e 07 (sete) docentes.

Os dados foram levantados por meio de entrevistas semiestruturadas e análise documental. Consideramos isso um número suficiente, visto que no desenho da pesquisa se subscreve a premissa de que cada indivíduo, paradoxalmente, totaliza um sistema social, ao mesmo tempo que representa uma diminuta parcela do todo, sendo reconhecido como sujeito enquanto localiza-se nas teias sociais. Cada um dos entrevistados elabora uma narrativa própria, de acordo com sua inserção no sistema

simbólico, o seu lugar social do discurso, se bem que as representações explicitadas são construídas coletivamente. As categorias operacionais construídas para a análise dos projetos e das entrevistas foram: a relação empresa-escola e a metodologia na abordagem de temas socioambientais. Um mesmo projeto de parceria fora desenvolvido em diferentes unidades escolares.

A partir da análise dos dados, procuramos identificar os mecanismos e as estratégias pelos quais a empresa coloca em prática o seu projeto político-pedagógico na Educação Básica, como uma ação política e social no sentido de obter hegemonia. No estado do Mato Grosso, a face mais visível da agressão ao meio ambiente é o desmatamento, que atinge principalmente os biomas cerrado e floresta na área da Amazônia Legal¹, sendo também, o ponto de partida para os processos de entropia gerados com as atividades de monoculturas e agropecuária. Como tem sido amplamente noticiado, em 2020 houve um aumento considerável no desflorestamento no bioma amazônico. Esse cenário revela-se parte da totalidade complexa e sua dinâmica contraditória evidencia a desconexão crescente ou ausência da dialética nas relações sociais com a natureza, gerando de um lado o esgotamento dos recursos naturais pelas práticas cotidianas, da contaminação de rios, da extinção da fauna e da flora, do uso intensivo de agrotóxicos nas culturas; de outro lado, os conflitos ambientais originados das disputas pelos espaços e seus recursos naturais.

Ainda mais há que ser compreendido, do ponto de vista das Ciências Sociais, as lutas de resistência de grupos sociais pela posse e permanência no território e de usufruir dos bens naturais, que se encontram ameaçados pela interferência de atividades ligadas ao modelo de desenvolvimento dominante. A tendência insólita de valorização e reconhecimento dos diversos grupos sociais, por parte das políticas no estado tem levado a conflitos agrários e ambientais, provocados pelo processo de colonização e pelas formas de apropriação e uso do território pelo agronegócio.

A princípio, no contexto em estudo, a tecnologia é tida como ficção de ser capaz de resolver de forma realista todas as contrariedades, inclusive aquelas referidas à

¹O desmatamento na Amazônia Legal desde 2012, cuja taxa tem oscilado anualmente, até que, em 2019, atingiu 9.762 km² de florestas, valor 30% superior ao registrado no ano anterior. Mato Grosso passou de 1.490 km² em 2018 para 1.685 km² em 2019, com posição de destaque entre os estados desmatadores. BNDES. Relatório de Atividades do Fundo Amazônia 2019. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.amazonfund.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2019_port.pdf>. Acesso em: dez. 2020.

sustentabilidade social, ambiental e econômica. A educação, no território em análise, enquanto política pública, é impactada pelo movimento do capital, cujo objetivo é a reprodução das relações sociais de produção na perspectiva da racionalidade econômica². A responsabilidade social empresarial tornou-se o principal elemento de narrativa que materializa uma nova agenda social e ambiental (CÉSAR, 2008) assumida por ONGs, empresários e organizações da sociedade civil no sentido de atuar na formulação de políticas públicas, reconfigurando os meios e as formas de atuação do Estado na prestação de serviços a grupos sociais em condições de vulnerabilidade social. As parcerias público-privadas são compreendidas como instrumentos de implementação de políticas públicas (DIAS, 2014), que no atual contexto econômico, político e social assumem parte do papel do Estado, sob o discurso de descapitalização dele, em que o orçamento e as receitas são incompatíveis com as despesas.

1. A narrativa da responsabilidade social como ideologia de classe

As parcerias público-privadas, ao redimensionar o papel do Estado na oferta da educação, delegando a setores da sociedade civil a sua efetivação e incorporando metas de responsabilidade social, inaugura um novo formato de assistencialismo e filantropia (CÉSAR, 2008; MASCARENHAS; COSTA, 2011), no contexto do atual estágio do capitalismo, em que os níveis de pobreza representam ameaças reais às relações de poder (LAYRARGUES, 2018). O debate que envolve a ascendência do protagonismo das empresas, na definição de políticas públicas, tem o intuito de demonstrar o caráter político-ideológico das ações corporativas para a produção de consensos, cujo elemento central da disputa hegemônica reporta-se ao estatuto da questão social e ambiental.

A responsabilidade social tornou-se o mecanismo que possibilita a “intervenção social dos empresários no curso do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em uma dinâmica de continuidade e mudanças” (CESAR, 2008, p. 199). Pode ser compreendido também como o principal elemento de narrativa que materializa uma

²O conceito utilizado por Enrique Leff (2009), diz respeito às políticas neoliberais que promoveriam o equilíbrio ecológico pela via do crescimento econômico orientado pelo livre mercado, retórica presente no conceito de desenvolvimento sustentável.

nova agenda social do empresariado, pelo qual, foram orquestradas as intervenções na esfera do Estado, nas políticas e nos serviços públicos, e no reordenamento das relações dialéticas da sociedade-natureza. Nesse sentido, concebe-se a responsabilidade social como ideologia da classe empresarial para legitimar³ a política de parcerias junto à sociedade civil e reconfigurar algumas políticas de gestão ambiental. Tal narrativa se enquadra na perspectiva de um novo consenso, no qual a empresa assume o papel de colaborador direto do desenvolvimento social, discurso que lhe confere uma face democrática e humanista.

Um posicionamento na luta de classes impõe o movimento que engendra tais reordenamentos em que, de um lado, encontra-se o capital tentando se apropriar do Estado por meio de mecanismos reformados de intervenção político-social (FREITAS, 2012). E de outro lado, os trabalhadores mobilizados exercendo a mesma pressão sobre o Estado, e diante da classe burguesa, exigindo o reconhecimento de direitos. A queda de braço, aguçada pelo processo destrutivo das relações capitalistas geradoras de conflitos, leva a uma crescente intervenção corporativa no sentido de amenizar o cenário de fortes tensões políticas e sociais, incrementando e legitimando seus interesses (LAYRARGUES, 2018).

No curso do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, vamos encontrar certo grau de intervenção de instituições da sociedade civil mediando as questões sociais. Quadro em que se percebem níveis diferenciados de intervenção de frações da classe dirigente em controlar as ações do Estado, impondo novos contornos às relações sociais. O assistencialismo e a caridade sofrem mutações e passam a desempenhar o papel de produzir consenso, amenizando as tensões sociais sempre que se impõe um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo. Essa mutação no trato da questão social que, ora incide mais sobre o Estado, ora com uma participação maior da sociedade civil, pode ser compreendida como uma forma particular de construção de hegemonia. Um processo evidenciado na trajetória histórica do assistencialismo no Brasil, que nos leva a perceber as nuances da intervenção social dos empresários na relação entre Estado e sociedade.

³Uma parcela dos estudos acadêmicos reforça ou endossa esta legitimação ao destacar a relevância do nexos entre indicadores para o sucesso corporativo, como em Bordin e Pasqualotto (2013), e muitos outros.

Com a emergência da burguesia industrial⁴, a questão social que desde séculos era tratada enquanto filantropia e caridade de cunho religioso e de grupos específicos da sociedade civil, transcenderá para outra forma de assistência assumida enquanto dever no Estado de Direito. O novo ciclo de expansão do capitalismo exigiu a reconfiguração das ações do empresariado quanto à questão social e à sustentabilidade ambiental (ALTVATER, 2016), em que as tensões sociais serão administradas sob o discurso do bem comum e da paz social como mediação da nova correlação de forças colocada pelo desenvolvimento capitalista (LOUREIRO; LIMA, 2012). Existem períodos que correspondem a fases de redemocratização, nas quais o empresariado passa a compor com o Estado, nas atribuições sociais, como forma de produzir hegemonia subsidiada pelo consenso⁵. Como parte dessa reconfiguração foram criados os grandes complexos assistenciais de regulação da relação capital e trabalho. As ações sociais são de caráter privado, de acordo com Cesar (2008, p. 230), “visavam com isso adaptá-los aos ritmos e padrões de produtividade do trabalho, controlar e/ou diluir os conflitos e tensões que faziam emergir a crise na forma de dominação burguesa no país”.

A questão social constitui-se um componente fundamental da contrarreforma do Estado, demarcando os papéis a serem desempenhados pelo setor privado e pelo Estado, com características diferenciadas nas situações históricas. A partir de então, verifica-se a atuação direta das empresas na questão social (FREITAS, 2012), em um esforço de sanar as sequelas sociais, tendo por base a narrativa da inoperância do Estado com gastos sociais.

Sob a figura da empresa comprometida com a responsabilidade social, amplia o seu campo de atuação a todos os espaços de formação em escolas, sindicatos, setores públicos e privados, se utilizando de recursos públicos sob diversas formas, desde a barganha para a isenção no pagamento de impostos, até a associação às instituições

⁴O Estado da era Vargas assume o papel de investidor e financiador das condições de reprodução do capital, em que intensifica a manutenção, reprodução da força de trabalho e o seu disciplinamento, tentando resolver os conflitos pela adoção de uma política de massas, na qual a atividade assistencial é promovida com a participação das organizações patronais, cuja estratégia hegemônica era a harmonização dos interesses sob a forma de coesão social.

⁵De acordo com Gramsci (1987), o conceito de hegemonia política sugere a formação de um bloco histórico ou projeto político-cultural abrangente, em que as elites dirigentes exercem domínio e poder de interferência, especialmente no terreno da difusão das ideias. Ou seja, na visão de mundo ou no terreno em que os indivíduos tomam ciência dos fatos da sua realidade.

do Estado, se apropriando do fundo público. De acordo com Coutinho (2006, p. 192), “o grande objetivo atual das forças do capital, no Brasil e no mundo, é consagrar a pequena política e a pseudoética do privatismo desenfreado como elementos fundamentais e de um senso comum que sirva de base à sua hegemonia”. Combinam-se ou estão permeadas uma subjetividade e uma objetividade, como nos advertem Oliveira e Paoli:

A falência do Estado constitui a pedra de toque da privatização do público. Este aparece como desnecessário. É uma reforma do Estado que o faça parecer-se com essa objetividade subjetivada, vale dizer, com a empresa privada e com a experiência burguesa cotidiana, constitui a reificação quase necessária desse movimento. (OLIVEIRA; PAOLI, 1999, p. 72).

Desta forma, a narrativa da ineficiência do Estado reside na sua falta de capacidade de atuar enquanto corretivo, no sentido de manter a coesão para a reprodução social que as transformações sociometabólicas do capital exigem (MÉSZÁROS, 2015). Como mecanismo de produção de consenso social ganha visibilidade o discurso que incorpora a administração da pobreza e o desenvolvimento sustentável como retórica humanista, que na realidade encobre o caráter destrutivo da era do capital⁶ em todas as dimensões (ALTVATER, 2014). A prática da responsabilidade social eleva o conceito da empresa ao *status* de empresa cidadã, transformando-se em colaboradora do desenvolvimento social do país (CESAR, 2008). Assim, a responsabilidade social pode ser compreendida como ideia que visa compatibilizar a eficácia na produção e na lucratividade aliada a investimentos sociais (MASCARENHAS; COSTA, 2011), tornando-se o pressuposto fundamental sob o qual emergem as parcerias enquanto instrumentos de produção de consenso.

O termo RS expressa também a força política do empresariado brasileiro, que, historicamente, percorre uma trajetória crescente, atingindo o seu patamar mais elevado, intensificando o seu protagonismo iniciado na década de 1990, e caracterizada pelo empenho da classe no processo de organização e de mobilização enquanto ação coletiva de natureza econômica e política (MANCUSO, 2007). Nesse patamar de acirramento das relações capitalistas, a intervenção de empresários na

⁶Esta dimensão, também denominada de “capitaloceno”, como na obra organizada por Moore (2016), com reflexão sobre a nomenclatura de “antropoceno” ou “capitaloceno”, tendo em vista a história da crise engendrada pela depredação, engendrada pelo capitalismo.

questão social reflete a contribuição decisiva para a produção de uma hegemonia a nível universal que, em tese, ultrapassa o patamar econômico-corporativo.

2. Desenvolvimento sustentável no discurso político-pedagógico

Os conceitos de sustentabilidade, contudo de modo primordial o de desenvolvimento sustentável, são readequados aos interesses do capital e passam a constituir-se na principal narrativa de legitimação. Em torno disso, o empresariado pretende promover o comportamento ético que se configura em ações de responsabilização social, no sentido de responder à problemática que envolve o desastre ambiental (LAYRARGUES, 2018; RUSCHEINSKY, 2019). Esta discussão tornou-se o grande veículo que baliza as ações do setor privado, que vem se organizando em redes e mobilizando diversos setores produtivos a se inserirem no jogo político para influenciar políticas públicas.

A crise ecológica e social tem em sua origem múltiplos fatores econômicos, sociais, ecológicos e culturais. Para Foster (2014), estamos diante de uma falha irreparável no metabolismo, ou seja, nas formas de ação, mediação e controle da relação entre as relações sociais e a natureza, que resultam das relações capitalistas de produção. Os fatores implicadores situam-se em políticas que emergiram em um outro ordenamento para o devassamento e o assolamento dos ecossistemas pela imposição e expansão do mercado consumidor, que transforma a terra em mercadoria⁷; e pela subordinação das diferentes formas de conexão dialética de relações sociais/natureza às exigências da produção capitalista (MARTINS, 2009).

A dinâmica dos modos de reprodução do capital se caracteriza pela reinvenção e pela elaboração de novos arranjos que alteram ou não reconhecem a dialética sociedade-natureza, as condições da subjetividade humana na reconfiguração do território (HARVEY, 2011; CORRÊA *et al.*, 2020). A retórica de uma política de agricultura sustentável da Monsanto, associada à proteção da biodiversidade e recursos naturais, tem como suporte um sistema de soluções tecnológicas, como a biotecnologia do melhoramento genético e da gestão agrícola (ALTIERI, 1999). Isto intensificaria a produção, gerando menos passivos ambientais. Com o direcionamento

⁷Os projetos de produção de *commodities*, como fontes de energia, constituem uma versão de transmutar tudo em mercadoria (BAUMAN, 2008; RUSCHEINSKY, 2014).

de ações nessa perspectiva, a empresa garante a competitividade dos seus produtos no mercado, levando à concretização das metas da empresa de produzir mais, sem intensificar às agressões ao meio ambiente.

A valorização e a promoção do agronegócio têm como sustentáculos os impactos positivos da engenharia da evolução agrícola, que opera por meio de plataformas e permite obter melhores rendimentos da lavoura, por meio de registro em forma de mapas e análises em tempo real das operações de plantio, pulverização e colheita. O manejo biológico de plantas daninhas e pragas, que permite preservar espécies animais, como as abelhas e demais insetos benéficos ao ambiente, se apresenta também como instrumento de preservação. Aspectos estes sob suspeição, devido ao largo uso de agrotóxicos.

A política de sustentabilidade socioambiental da Monsanto oculta os impactos socioambientais decorrentes da prática do agronegócio, que se encontram amplamente identificados e divulgados. Por exemplo, os impactos do direito de propriedade intelectual sobre a produção de sementes e insumos, que têm levado a maior dependência dos pequenos agricultores aos produtos dessas empresas, criando um monopólio que concentra a produção agrícola nas mãos dessas grandes corporações (ALTIERI, 1999).

Nesse contexto, os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, em qualquer análise de realidade, carecem de serem devidamente problematizados e desnudados no que diz respeito ao seu caráter polissêmico. Submetê-los à crítica pressupõe explicitá-los na diversidade de sentidos e nas interpretações que lhes são atribuídas na tentativa de acomodá-los a interesses variados. Os pontos a destacar de Elmar Altvater residiam em uma perspectiva de abordagem dialética, de acordo com Exner (2018), em que se analisam práticas sociais concretas, nas quais as relações sociedade-natureza são mecanismos recorrentemente negociados. Os mecanismos de tais mediações precisam ser acompanhados de informação, verificação, readequação ou modificação dos instrumentos teórico-conceituais. À educação cabe tornar-se o canal para evidenciar e tencionar o campo hegemônico no qual o conceito de sustentabilidade se encontra inserido, cujo papel é de produção de consenso.

Os impactos sociais que envolvem as altas tecnologias, como a biotecnologia, estão visivelmente voltados a atender requisitos e interesses das grandes corporações, em detrimento das demandas da maioria dos pequenos produtores. As altas tecnologias são pouco acessíveis a essa classe pelos altos custos de implantação e pelas variedades agrícolas que interessam às grandes corporações, como as espécies modificadas, cujo objetivo é colocar no mercado produtos diversificados e, assim, assegurar espaço no mercado. Com isso, há a redução do espaço para a comercialização e a exportação dos produtos da agricultura tradicional e de pequeno porte, favorecendo as monoculturas, gerando pobreza e desemprego no campo e destruindo os saberes milenares da agricultura familiar e camponesa.

A Monsanto forja a condição de empresa compromissada com a sustentabilidade socioambiental, investindo em tecnologias verdes, componentes de um discurso ideológico que visa “ecologizar” o crescimento econômico (LENZI, 2006). Fato que precisa ser visto com preocupação por conta dos riscos e das consequências ambientais, sociais e de saúde pública que a tecnologia aplicada à produção agrícola pode promover (CORRÊA *et al.*, 2020). Para Altieri (1999), os transgênicos, desenvolvidos para o padrão da monocultura, levam à homogeneidade genética, tornando vulneráveis os sistemas agrícolas. A uniformização da monocultura e da biotecnologia quebram a diversidade dos recursos genéticos, combinada com uma complexidade biológica, como base da sustentabilidade dos sistemas ecológicos. As ameaças à biodiversidade estão nas graves consequências das monoculturas, o que reflete diretamente na questão da soberania alimentar das populações, uma vez que, as culturas geneticamente modificadas acabariam por eliminar a longo prazo as variedades selvagens e nativas das quais depende a agricultura tradicional.

A reconfiguração das relações sociais no campo representa a tentativa desesperada de superação de contradições, adotando novas estratégias na acumulação (AKIMOVA *et al.*, 2016). Sob essa ótica, o debate sobre a problemática ambiental, situa-se no esgotamento no modo de intercâmbio e controle humano sobre as forças da natureza sobre o domínio do capital. A noção de sustentabilidade, como princípio ecológico, propõe questionar e reorientar tal dinâmica do desenvolvimento econômico, reorganizando os padrões de produção e consumo, traduzindo-se em um

modelo de desenvolvimento fundado nas condições e potencialidades dos ecossistemas e no manejo prudente dos recursos (SACHS, 2004; LEFF, 2009).

A origem do conceito se encontra no movimento de denúncia à degradação ambiental da década de 1960, que suscitou novos padrões de relacionamento com a natureza e seus recursos. Nessa perspectiva, o termo sustentabilidade, originalmente, preconizou uma posição crítica ao ritmo desenvolvimentista e ao processo de modernização enquanto ideologia que faz emergir uma outra opção ou visão do movimento histórico, social e humano. Enquanto novo paradigma propôs a substituição da racionalidade instrumental por uma nova racionalidade ambiental (LEFF, 2009), fundada em outros valores éticos para com a alteridade e na articulação de processos ecológicos, culturais e tecnológicos.

No entanto, diante do imperativo do poder econômico e do processo de globalização, o conceito de sustentabilidade é suplantado pelo discurso do “desenvolvimento sustentável”, referendado pelo Relatório Brundtland de 1987, configurando-se uma estratégia política de produzir uma roupagem ecológica para a economia. De acordo com Lenzi (2006), a noção de desenvolvimento sustentável é concebida na literatura sociológica como um discurso em que o ecológico se subordina ao primeiro termo. Ou ainda, sobretudo, por ter sido absorvida pela lógica institucional e corporativa, portanto, contestável por ter sido redimensionada. Ao longo do tempo e em diferentes circunstâncias, demonstrou-se altamente flexibilizada, quando aplicada a contextos diferentes. Quanto à classificação conceitual e semântica é identificada na literatura sociológica com diferentes significados.

A primeira resposta é pautada por frustração e irritação e pode esconder um entendimento tecnocrático do conceito, pois deseja estabelecer uma definição única de DS. Uma segunda resposta é a simples rejeição do termo. Uma terceira resposta surge de críticos culturais que associam o conceito a modernismo, tecnocratismo, positivismo e a um realismo científico simplista. É importante notar que, mais do que uma rejeição completa, o que marca muitos trabalhos sociológicos é uma certa dubiedade perante o conceito. (LENZI, 2006, p. 90).

Desta forma é possível inferir que os dois conceitos ganham notoriedade como ideia revolucionária, no sentido de que estabelece um novo paradigma na relação sociedade e natureza, sendo também detentores de força política que expressa a

correlação de forças entre visões distintas de natureza e sociedade. Como conceito político é possível compreender o desenvolvimento sustentável como discurso e ideologia oficial do capital (LOUREIRO; LIMA, 2012), como definidor arbitrário de valores e normas, cuja finalidade é atender aos interesses dos agentes que pretendem manter o crescimento econômico por mecanismos de mercado.

O pano de fundo das circunstâncias de emergência da proposição da noção de desenvolvimento sustentável consiste no reconhecimento do sistema em face das situações irreversíveis da crise ecológica permanente, de um planeta completamente sobrecarregado e de seus recursos ameaçados pelo antropoceno⁸ ou como dirá Altvater (2014) “capitaloceno”. A solução para as contradições é igualmente controversa, para uns a tecnologia e o livre mercado, para outros desarmar a bomba-relógio requer consideráveis intervenções regulatórias locais e globais.

Alguns dos atores engajados na propagação de tais ideias são a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG); o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (IE). São agências que oferecem suporte técnico e de conhecimento aos projetos de assistencialismo das empresas nacionais e internacionais associadas, como GLOBO Comunicações, VALE, MONSANTO, SADIA, Nestlé, Natura, entre outras. Esses atores e instrumentos constituem desdobramentos da agenda global de responsabilidade socioambiental, que é ampliada com a participação efetiva voluntária do setor empresarial que expressa “a decisão de contribuir voluntariamente em prol de uma sociedade melhor e um meio ambiente mais equilibrado e sadio”, voltado para a contribuição de uma governança em que o econômico, o social e o ambiental interajam de forma harmoniosa em favor do processo de desenvolvimento. A dimensão ambiental adquire claramente um efeito mercantil, uma vez que:

[...] pesquisas acadêmicas e de opinião mostram que vários atores sociais já fazem escolhas no processo de consumo favorecendo empresas que mostrem responsabilidade socioambiental corporativa. Consequentemente, em um cenário econômico cada vez mais competitivo, as melhorias das práticas, principalmente as ambientais, são cada vez

⁸A noção de antropoceno é recente, possui raízes empíricas, científicas e políticas e demarca as imensas transformações no planeta pela atividade humana (MOORE, 2016).

mais importantes para garantir a saúde financeira e a continuidade das empresas no mercado. (SILVA; HOLLNAGEL, 2018, p. 70).

Metas e planos de ação, que refletem a urgência premente de combater e minimizar as mazelas que o caráter destrutivo dos recursos naturais pelo capital promovem em seu percurso evolutivo ou “capitaloceno” (ALTVATER, 2014). Dentre os valores a serem construídos no contexto do Pacto Global encontram-se estabelecidos: “Princípio 7 - Adotar uma abordagem preventiva para os desafios ambientais; Princípio 8 - Tomar iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; Princípio 9 - Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis”. ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (esta última para engajar as empresas em relação à Agenda 2030). Em consonância com os princípios da ODS, a rede atua como principal canal da ONU com o setor privado e tem a missão de engajar as empresas para a nova agenda de desenvolvimento.

De acordo com os seus relatórios, a Monsanto se apropria de conhecimentos científicos e tecnológicos para desenvolver mecanismos e ferramentas de redução dos impactos de suas atividades, mas que se constituem medidas superficiais porque maquiagem os reais interesses, que são de viabilizar a exploração em grau máximo dos recursos naturais, atendendo às exigências do mercado mundial e procurando ocultar a contradição presente na relação entre agronegócio e sustentabilidade dos ecossistemas. As ambiguidades, complexidades e contradições podem ser desvendadas com um olhar acurado e estabelecendo conexões implícitas.

Certificações são avaliações que atribuem valor ao mundo social e interseccionam ciência e política no mercado. Argumentamos que as certificações podem ser estudadas a partir do que denominamos de políticas de avaliação, definidas segundo questões sobre quem delas participa e quais competências os avaliadores mobilizam; quais e como são os testes e os *standards* aplicados; e, por fim, como as contingências são negociadas. (DAVID; GUIVANT, 2018, p. 21).

Nesse sentido, podemos afirmar que a relação do Estado com a questão ambiental materializada nas políticas de gestão ambiental e de educação ambiental, tendo como princípios orientadores o desenvolvimento sustentável, manteve-se na perspectiva da busca pelo consenso entre meio ambiente e desenvolvimento, negando

e ocultando os condicionamentos sociais, econômicos, políticos e culturais associados ao déficit ecológico. Neste debate, se manifesta o estigma da busca de legitimação pela ideologia dominante e a visualização de componente fundamental da reconstrução da hegemonia, na interpretação do nexos entre sociedade e natureza. O discurso corporativo aposta em estratégias tecnológicas e gerenciais, sem alterar ou questionar os modos de produção, os processos educacionais e as políticas públicas.

O paradoxo do século XXI consiste em criar formas de salvar a natureza com a mercantilização da natureza, em que os mecanismos do mercado criam formas de salvar a natureza dos mecanismos destrutivos do mercado, concluindo que o mercado é usado para proteger a natureza contra o próprio mercado e dos efeitos do mercado. Em síntese, a contradição entre proteção ambiental e crescimento no modelo de produção capitalista é aparentemente equacionada em benefício do capital.

3. Os projetos corporativos: educação, legitimidade e hegemonia

Os projetos corporativos da Monsanto são desenvolvidos por meio de projetos educativos e comunitários sociais com o apoio de parceiros da iniciativa privada e de organizações sociais e, também, do seu grupo de voluntários formados por funcionários da empresa. São levados prioritariamente a regiões de atuação da empresa e voltam-se para a qualidade do ensino público, capacitação profissional (primeiro emprego e líderes do agronegócio), atividades culturais e esportivas. Os projetos educativos analisados foram desenvolvidos mediante a constituição de parcerias da empresa com as secretarias de educação e secretarias de meio ambiente dos municípios de atuação comercial da empresa⁹, tanto no âmbito da educação formal, rede pública de ensino em áreas rurais e urbanas quanto no âmbito informal, comunidade, agricultores e familiares.

A atuação do capital privado em forma de parcerias com o poder público na educação (DIAS, 2014), tem se estendido a várias frentes, desde os meios pelos quais o processo educativo é desenvolvido, a gestão, até os fins do processo pedagógico em suas diferentes áreas do conhecimento e das modalidades de ensino (LAYRARGUES;

⁹Na produção de *commodities* pela via da expansão de novas tecnologias: “Mato Grosso compõe este território de produção; alguns de seus municípios lideram o *ranking* nacional de produção agrícola e arrecadação, tais como Sorriso, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Campo Verde e Nova Mutum” (CORRÊA *et al.*, 2020, p. 13).

LIMA, 2014). O investimento social da empresa é viabilizado pela captação de recursos públicos federais, incentivos fiscais, desonerações sobre a cobrança de impostos de produtos e de colaborações de parceiros e organizações da sociedade civil, visando o desenvolvimento da agricultura.

Os Relatórios de Sustentabilidade da Monsanto, objetos de análise da pesquisa, evidenciaram que os temas agricultura sustentável, segurança alimentar e nutrição, e meio ambiente são as matrizes fundamentais que permeiam as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa. Identificados como sendo também os elementos estruturantes da Educação Ambiental nas intervenções didático-pedagógicas (LAYRARGUES; LIMA, 2014), e compreendidos como mediações importantes em torno dos quais a empresa elabora suas estratégias de obtenção do consenso e da hegemonia.

A categoria de hegemonia, na presente investigação, foi a lente sob a qual se buscou captar os elementos de singularidade, como ideias e valores presentes nas propostas educativas da Monsanto, pelas quais professores e alunos consentem em reproduzir a ideologia da empresa. O conceito de hegemonia em Gramsci, em seu sentido filosófico e político, está relacionado ao grau ou nível da consciência de classe, que impulsiona o movimento ativo, a luta dos sujeitos, a batalha entre as classes sociais, direcionada, ora no sentido da capacidade dirigente, ora simultaneamente no sentido de direção e dominação (GRAMSCI, 2017). A Monsanto patrocina os projetos com a finalidade de promover e legitimar os seus produtos perniciosos e o ramo do agronegócio, incrementando grandes proprietários, que são os seus consumidores diretos.

A partir da relação empresa/escola observamos que o movimento que resulta na construção do consenso se dá de duas maneiras. Um pela imposição dos projetos à escola pelas secretarias de educação dos municípios amparadas pela forma jurídica, e outro, pelo processo de cooptação desse espaço, legitimada pelo discurso da eficiência e qualidade em sua forma ideológica. Esses dois movimentos correspondem à fórmula coerção mais consentimento, que resulta do embate entre sociedade civil e Estado (LIGUORI & VOZA, 2017). Os depoimentos revelaram que tanto as empresas tomam a iniciativa de “convidar” o município a compor a parceria quanto os municípios,

através dos gestores da educação, se veem na responsabilidade de oferecer à escola para que a empresa aplique seus projetos.

Neste aspecto, é possível inferir que a escola se vê, de certa forma, pressionada a buscar recursos e meios de viabilizar a melhoria do ensino, havendo também cobranças sobre os gestores para encontrarem mecanismos que ajudariam a elevar os índices de aproveitamento da aprendizagem, atendendo à política de avaliação educacional do MEC. Sob a ótica empresarial, o que produz eficiência e eficácia é o ambiente controlado, em que os trabalhadores são gerenciados, fiscalizados e até mesmo coagidos a se adequarem às exigências alienadoras. Aspecto que resulta em cobranças dos gestores municipais sobre professores e diretores que, mesmo sem proporcionar os recursos e as condições adequadas ao trabalho pedagógico, transferem a responsabilidade sobre os resultados à escola. Desta forma, constata-se que a finalidade dos projetos educativos da Monsanto, quando comparados com o objetivo global da educação sob a ótica da emancipação dos sujeitos, (SEVERINO, 2019) não tem outra intenção a não ser a obtenção de consenso, que permite projetar sobre esses sujeitos uma concepção de educação em uma perspectiva de mercado.

Na visão da comunidade escolar, os projetos da empresa levam à escola uma perspectiva por algo a mais, “o novo e o diferente”, porém, sem que haja a análise das implicações sobre a sua própria prática pedagógica. Essa imprescindibilidade, pelo uso de algo de fora, cria um fetiche pelo consumo de práticas de resultados de médio prazo, desconsiderando que a construção dos saberes, tanto pelos alunos quanto pelos professores, são práticas longitudinais, protagonizadas a partir do cotidiano escolar.

A ajuda oferecida pelas empresas em forma de “doações”, à estrutura física e pedagógica, é um elemento importante ou até decisivo na produção e obtenção do consenso. Isso pôde ser confirmado na fala dos sujeitos ao se referirem aos projetos como, “os projetos são uma oportunidade que os alunos não teriam se não fosse essa parceria”; “abraçamos o projeto porque é de suma importância para nós”. Os depoimentos convergem quanto à visão da contribuição dos projetos no que tange à melhoria da aprendizagem dos alunos e nas mudanças das práticas dos professores. Fatores apontados se encontram na base de uma aceitação e de empenho da escola em buscar e desenvolver as parcerias.

A narrativa centrada na qualidade do ensino é a via de realização do *marketing* comercial e social da Monsanto, mobilizando professores a se engajarem na reprodução da ideologia da empresa através dos projetos. Uma prática educativa alinhada aos interesses da empresa e, portanto, destituída de princípios e valores atinentes à educação voltada à formação humana, representa uma atitude conformista e danosa, pois submete os sujeitos da escola a verem a empresa a partir do seu lugar de atuação, destituindo a ação educativa do seu papel de crítica da realidade social (FRIGOTTO, 2010). Os financiamentos estatais ao agronegócio levam ao aumento da competitividade e à modernização de ferramentas de interação, entre elas a ferramenta das parcerias, visando os interesses do Estado e das estruturas corporativas (AKIMOVA *et al.*, 2016), porquanto alienam os agentes locais.

O professor passa a desempenhar o papel de agente colaborador da perspectiva e da visão da empresa no processo educativo e, ainda que inconscientemente o professor tenha a percepção de que está contribuindo para a qualidade do ensino, torna-se mero reprodutor da ideologia empresarial. No conjunto dos projetos analisados podemos inferir que as empresas encontram na escola total anuência para operacionalizar o currículo, muitas vezes, dispensando o professor, que será substituído por um profissional da empresa e a definir o método de abordagem dos conteúdos, questão que implica na perda de autonomia docente.

A temática ambiental permeia as diversas áreas de atuação da empresa, assim como os projetos na área educacional, que conta com programas de treinamento agrícolas, orientações sobre procedimentos de segurança no manuseio dos agroquímicos, descarte correto de embalagens deles e orientações sobre as normas da legislação ambiental. Sobre a adequação às normas da legislação ambiental vigente, com a finalidade de minimizar os impactos causados pelos produtos que comercializa, principalmente dos agrotóxicos:

[...] a fiscalização é importante para garantir o cumprimento da legislação e coibir abusos, as falas remetem às dificuldades em realizá-la e ao discurso de legitimação do modelo do agronegócio como fomentador das economias locais, regionais e nacional, indispensável e hegemônico. A participação social nas políticas públicas com relação ao uso de agrotóxicos é vista pelos entrevistados como pouco efetiva e praticamente inexistente. (CORRÊA, 2020, p. 21).

Os educadores veem como sendo importantes porque estabelecem conexão com a realidade e com os enigmas socioambientais locais. No entanto, ao serem abordados dentro dos limites e objetivos desenhados pela política da empresa, e sem que haja a intervenção da comunidade escolar para ampliar o debate das questões evocadas pelos temas, no sentido de problematizá-los, a educação ambiental passa uma visão de sustentabilidade, que favorece a empresa e o setor do agro. A degradação, quase invisível dos recursos hídricos, leva a enfatizar “a degradação vertiginosa das águas e o estado calamitoso e de carência em que elas se encontram, em muitos contextos, encham-nos de profunda indignação” (RUSCHEINSKY; REINEHR, 2020, p. 12).

Uma concepção consensual de EA valora uma retórica superficial e suas metas, de forma inequívoca, atingem a todos. Verificamos uma visão compartilhada pelos sujeitos entrevistados que expressa confiança na política e nas práticas da empresa, por entenderem que ela, através dos projetos, não mede esforços em mitigar e corrigir os transtornos decorrentes, sobretudo, do uso dos agrotóxicos. Embora tenha sido apontada pela maioria dos entrevistados como um embaraço ambiental grave, a questão dos impactos dos agrotóxicos ainda não se apresenta como uma realidade a ser questionada e enfrentada com mais rigor através do currículo escolar. Tal posicionamento se encontra alinhado a uma visão homogeneizadora e superficial da EA nos projetos.

Evidenciou-se que as práticas de educação ambiental, no âmbito dos projetos da Monsanto, são redirecionadas para formar e legitimar determinados valores, habilidades e capacidades no âmbito do contexto investigado, para que a classe representada pelo agronegócio possa melhor dirigir e controlar as relações sociais naqueles territórios enquanto estratégias de intervenção para reeducar a sociabilidade (MARTINS, 2009). Para tanto, a empresa lançou mão de materiais didáticos, conteúdos e métodos de abordagem dos temas ambientais direcionados em benefício da classe dos agentes do agronegócio, da qual a Monsanto é a representante e expressa os desejos que movem essa classe, no sentido de defender a continuidade e ampliando suas atividades, sob o discurso da agricultura sustentável.

Os princípios que orientam a política da empresa para uma agricultura sustentável são: produzir mais (por meio da inovação agrícola); preservar mais (preservando a biodiversidade e diminuindo a pegada operacional) e melhorar vidas

(eficiências nos métodos de produção, ajudando a elevar a renda de pequenos proprietários e a difusão de boas práticas socioambientais)¹⁰. Evidenciou-se serem estes os pilares das práticas de educação ambiental levadas às escolas por meio dos projetos de parcerias. Entendemos que estes princípios direcionam a produção de consenso identificado a partir dos projetos e das falas dos entrevistados, e têm como finalidade integrar a comunidade escolar composta, em sua grande maioria, por filhos de trabalhadores, à política de sustentabilidade da empresa.

Os projetos de educação ambiental contribuem para promover a alienação, muito mais do que um projeto contra hegemônico. Esta questão é deveras complexa e pouco sinalizamos a este propósito, devido às contrariedades visibilizadas de uma resistência à informação empresarial e à formação tecnológica capturada como prioridade. O agronegócio se arvora em motor do desenvolvimento da região e, como tal, ofusca-se a sua atividade destruidora e agressora do meio ambiente. A superficialidade da educação ambiental se encontra associada ao não questionamento e, sobretudo, à ocultação dos determinantes que promovem a destruição ambiental, na qual o agronegócio é uma das faces do contexto investigado. Desta forma, os projetos desempenham papel de difusão e valorização dos interesses da classe dos grandes produtores rurais e da imagem do agronegócio nessa nova conformação do desenvolvimento capitalista. Dentro desta perspectiva, é possível afirmar que a Monsanto, através dos projetos educacionais que patrocina, contribui para a construção das bases do novo padrão de sociabilidade, tendo em vista a formação do homem coletivo (NEVES, 2005; MARTINS, 2009), ao cooptar a escola transformando-a em arena de difusão da ideologia do agronegócio. Sob esta ótica, os projetos são mecanismos que consolidam uma forma de atrair os agricultores a se alinharem à missão, aos valores e compromissos da empresa na perspectiva da ideologia do desenvolvimento sustentável com a finalidade última de viabilizar o aumento da produção e agregar elementos à propaganda e ao *marketing* da empresa.

Considerações finais

¹⁰Relatório Monsanto de Ações Socioambientais 2014/2015. Monsanto do Brasil. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/17933185-Relatorio-monsanto-de-acoes-socioambientais-2014-2015.html>>. Acesso em: jul. 2019.

As parcerias público-privadas compõem um fenômeno de intervenção sócio-política, em que a sociedade civil ou as corporações assumem um protagonismo maior, representando a recomposição e o aprofundamento da hegemonia burguesa. Sob a lógica do empreendedorismo e da responsabilidade social, como elementos essenciais da reforma e da renovação do capitalismo, preservam-se os pilares que asseguram a posição e o controle de classe dominante e dirigente. Para isso, se imprimiu um novo papel às empresas e grandes corporações, o de ser um dos canais de soluções das mazelas sociais geradas, mas que, ao mesmo tempo, mantém a reprodução da estrutura de valores e visão de mundo deste, a fim de que possa manter e ampliar a acumulação.

A pesquisa, efetuada no campo empírico, permite atestar uma expansão dos aparelhos privados de hegemonia promovida com projetos de educação ambiental nas escolas municipais, como ações filantrópicas por setores empresariais na contemporaneidade do agronegócio. A classe empresarial trabalha no sentido de conquistar a unidade social por meio da obtenção do consentimento dos demais grupos de interesse, no caso também em torno do seu projeto educacional, com a retórica da promoção do desenvolvimento sustentável.

Sob a lógica da busca do consenso e da hegemonia, visada pelos projetos analisados, está sendo subordinada a uma diversidade de lutas sociais e de espaços organizativos, bem como, são um atestado do quanto a racionalidade corporativa encontra-se aninhada na agenda do próprio Estado. A Monsanto, através dos projetos educativos, forja uma unidade em consenso, disseminando o que ela denomina de sua política socioambiental junto aos grandes e pequenos produtores, aos seus funcionários e se apresenta à sociedade como produtora de tecnologia de produção de alimentos. Inicialmente pode-se afirmar que a obtenção do consenso em torno da aceitação do projeto educacional empresarial é materializada no fato de que as parcerias, enquanto instrumentos de política pública, imprimem um caráter de legalidade à conexão entre o público e o privado, sem retirar o caráter público dos serviços, em um processo de suposta inovação da gestão pública para alcance de eficiência e qualidade dos serviços. Desta forma, compreendemos que a política de sustentabilidade da empresa, presente nos projetos educativos, constitui-se em instrumento de disseminação da ideologia do agronegócio que, embora traga

iniciativas de preservação, não significa menos exploração do solo, redução do uso de agrotóxicos, proteção dos mananciais, mas sim, formas de potencializar a exploração e a degradação.

Assim sendo, as questões aventadas pela análise dos dados da pesquisa de campo reportam-se à legitimidade política e à hegemonia cultural, explorando a temática da sociabilidade de maneira consistente. Com o consentimento produzido, o processo educativo se torna fundamental na reprodução de saberes, entre os quais está o de projetar uma imagem invertida do agronegócio, ocultando o caráter destrutivo do “antropoceno”. Ao imprimir ao ato pedagógico o papel de produzir, no imaginário social, a visão de que o agronegócio é a fórmula de sucesso que garante o desenvolvimento da região, a empresa reforça a ideia de que este deve se sobrepor às demais formas de organização e de produção material naqueles espaços e territórios. Essa posição é robustecida pelo fator coerção que os grupos de interesses exercem sobre a região, dentro de uma lógica que se configura em uma disputa e controle do espaço e dos recursos naturais.

No plano da ideologia ou da difusão de uma visão de mundo, a pedagogia embutida nos projetos e nas práticas sociais examinadas desvela a estratégia do capital de educar para o consenso, mediante temáticas relevantes do cotidiano e do território. O fato de conectar a ciência, o desenvolvimento tecnológico e o aumento da produtividade, com bem-estar associado à preservação ambiental, parece um implacável apelo à legitimidade.

Como porta-voz da classe dos grandes produtores há uma associação que nutre os sentidos para produzir hegemonia, corroborando para a naturalização do processo de exploração e devastação dos biomas e da desestabilização das formas de reprodução material e cultural dos demais grupos sociais nos territórios investigados. Ao identificar as estratégias político-ideológicas que a Monsanto lança mão no âmbito dos projetos de parcerias para produzir consenso em torno da manutenção de interesses, a investigação constatou que escola se transforma em espaço de disputa da ideologia do agronegócio, em que os projetos desempenham o papel de educar, no sentido de seduzir e mobilizar a comunidade escolar a se colocar em defesa dos interesses da classe, que detém os meios dos modos de produção.

A investigação evidenciou também que as ações no campo da educação, no Estado do Mato Grosso, têm por desafio instrumentalizar práticas que visam a proteção e a preservação destes territórios e seus biomas, em face do projeto de desenvolvimento da região por meio do agronegócio. Entendemos que uma abordagem enfatizando o aspecto político-ideológico dos dilemas ambientais, em uma perspectiva de mudança social, encoraja as comunidades a se posicionarem frente aos embaraços locais, bem como direcionarem o debate sobre seu destino, mediando a problematização e historicização da constituição das relações sociais, oriundas da apropriação e da exploração desses territórios.

Referências bibliográficas

AKIMOVA, Yulia A.; *et al.* *Public-private partnership in agribusiness*. International Review of Management and Marketing, v. 6, n. 4, 2016.

ALTIERI, Miguel. *Os mitos da biotecnologia agrícola: algumas questões éticas*. O Interior, v. 25, n. 893, 1999. Disponível em: <https://biotek.iesa.ufg.br/up/160/o/mitos_biotecnologia.pdf>. Acesso em: out. 2019.

ALTVATER, Elmar. *Anthropozän. Steigerungsformen einer zerstörerischen Wirtschaftsweise*. Emanzipation, n. 3 (1), p. 71-88, 2014.

ALTVATER, Elmar. The Capitalocene or Geoengineering against Capitalism's Planetary Boundaries. In: MOORE, J. (Org): *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History and the Crisis of Capitalism*. Oakland: Pm Press, 2016, p. 138-152.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BORDIN, Danielle P.; PASQUALOTTO, Nayara. *A importância da Responsabilidade Social Empresarial para a sustentabilidade e o papel do Marketing Social*. Revista Capital Científico (RCC), v. 11, n. 2, p. 66-77, 2013.

CESAR, Monica J. *Empresa-cidadã: uma estratégia de hegemonia*. São Paulo: Cortez, 2008.

CORRÊA, Marcia L. M.; *et al.* *Agrotóxicos, saúde e ambiente: ação estratégica e políticas públicas em territórios do agronegócio*. Revista de Políticas Públicas, v. 24, n. 1, p. 11-27, 2020.

COUTINHO, Carlos N. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativa. In: LIMA, Júlio C. F.; NEVES, Lucia M. W. (Orgs.). *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

DAVID, Marília L. GUIVANT, Julia S. *Uma abordagem sociológica das certificações: o caso do selo de aprovação SBC*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 33, n. 98, p. 1-21, 2018.

DIAS, Osório C. *Parcerias Público-privadas como Instrumento de Implementação de Políticas Públicas*. Brasília, 2014. pp. 336, Tese (Doutorado) – PPPGA/UNB. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/16328>>. Acesso em: mai. 2020.

EXNER, Andreas. Elmar Altvater und die ökologische Frage. *PROKLA. Zeitschrift für Kritische Sozialwissenschaft*, 48(193), p. 587–594, 2018.

FOSTER, John B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREITAS, Luiz C. *Os reformadores empresariais da educação: da desmobilização do magistério à destruição do sistema público de educação*. Educação e Sociedade, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1987.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LAYRARGUES, Philippe P.; LIMA, Gustavo F. C. *As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira*. Ambiente & sociedade, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LAYRARGUES, Philippe P. *Subserviência ao capital: educação ambiental sob o signo do antiecológico*. Pesquisa em Educação Ambiental, n. 13(1), p. 28-47. 2018.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LENZI, Cristiano L. *Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru: EdUSC, 2006.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 832.

LOUREIRO, Carlos F. B.; LIMA, Maria J. G. S. *A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital*. Revista Contemporânea de Educação, v. 7, n. 14, 2012.

MANCUSO, Wagner P. *O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa*. Revista de Sociologia e Política, n. 28, p. 131-146, 2007.

MARTINS, André S. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MASCARENHAS, Maria P. V.; COSTA, Cristiana A. F. *Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas: Uma perspectiva sociológica*. *Latitude*, vol. 7, n° 2, pp. 141-167, 2011.

MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MONSANTO. Relatório Monsanto de Ações Socioambientais 2014/2015. Monsanto do Brasil. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/17933185-Relatorio-monsanto-de-acoes-socioambientais-2014-2015.html>>. Acesso em: jul. 2019.

MOORE, Janson. (Org). *Anthropocene or Capitaloceno? Nature, History and the Crisis of Capitalism*. Oakland: 2016.

NEVES, Lúcia M. W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Périplo pela incorporação da dimensão socioambiental: incertezas, desafios e tensões em trajetórias universitárias. In: RUSCHEINSKY, Aloísio *et al.* (Org.) *Ambientalização nas instituições de educação superior*. São Carlos - SP: EESC/USP, p. 99-124, 2014.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Prácticas sociales, (des)protección de derechos ambientales y acciones estratégicas*. Letras Verdes, n. 26, p. 111-131, 2019.

RUSCHEINSKY, Aloísio; REINEHR, Rosmarie. *Governança, Riscos Socioambientais e Educação das Águas*. Editora Appris, 2020.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI*. Ambiente & Sociedade. Vol. 7, n. 2, 2004, p. 214-216.

SEVERINO, Antônio J. *Paulo Freire: etnoconhecimento, interculturalidade e emancipação na teoria e na prática educativas*. Revista de Ciências da Educação, 2019, p. 53-66.

SILVA Raquel B.; HOLLNAGEL, Heloisa C. O potencial de geração de receita ambiental aliada à redução de gases do efeito estufa em empresas de pequeno porte. In: ANDRADE, Darly F. (Editor). *Sustentabilidade e Responsabilidade Social em foco*. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2018, p. 64-77.

COMO REFERENCIAR

REMPEL, Enaide Tereza; RUSCHEINSKY, Aloísio. Territórios do agronegócio e projetos de parcerias na educação. *Latitude*, Maceió, v. 15, n. 2, p. 196-220, 2021. DOI: <https://doi.org/10.28998/lt.2021.n.2.11636>